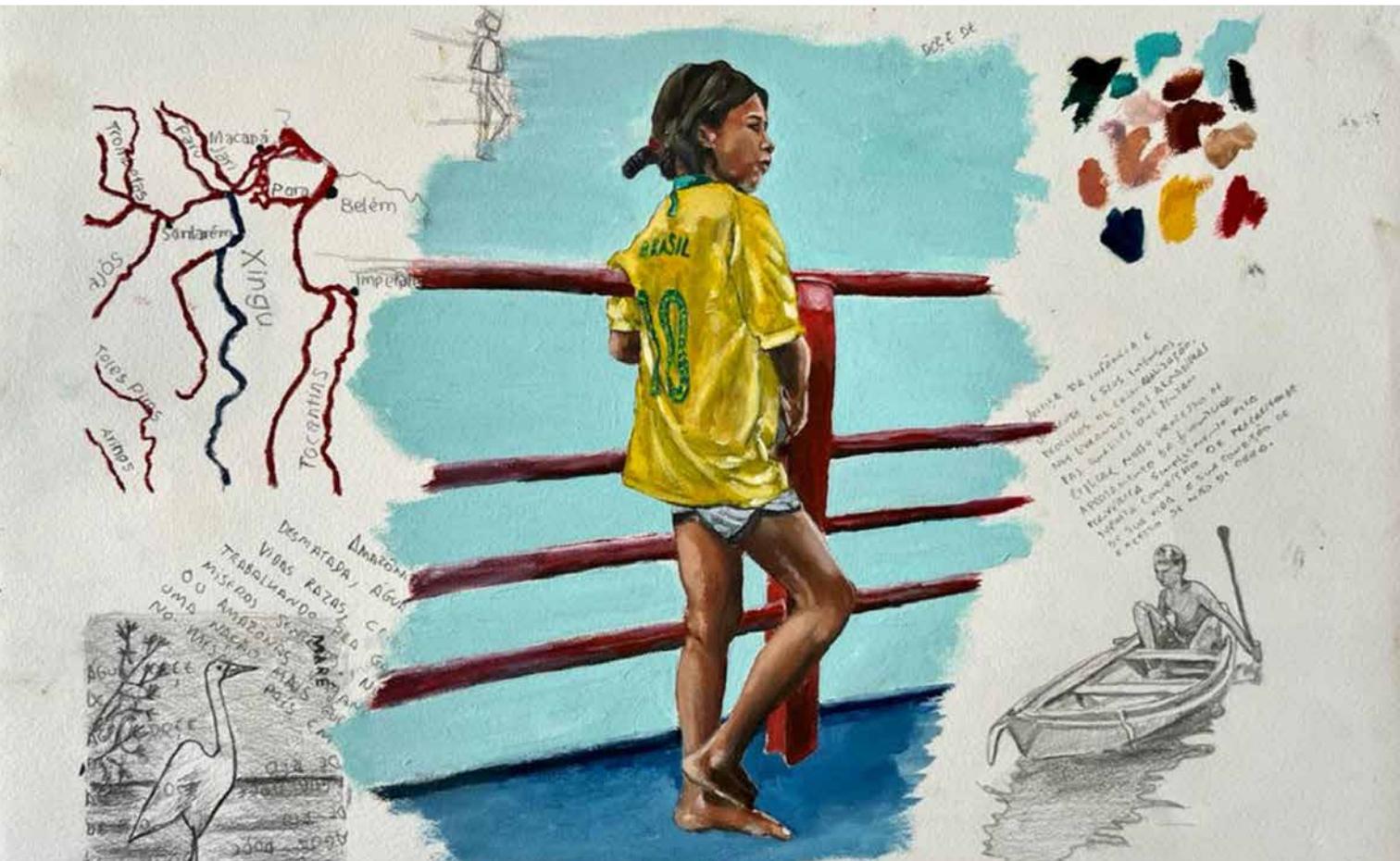


REVISTA



RECONEXÃO PERIFÉRIAS



OBRA DE DIAS JÚNIOR

Periferias lutam por terra, moradia e justiça social

Estudo mostra a relação entre chacinas e feminicídios

Pesquisador fala sobre história das milícias e seu domínio na política



AGENDA DE LUTAS ABRIL E MAIO 2024

Periferias lutam por terra, moradia e justiça social

A posse da terra no Brasil - iniciada com as chamadas capitâneas hereditárias, quando os colonizadores dividiram entre poucos os territórios indígenas recém-identificados - permanece ainda hoje como o principal fator de desigualdade social no Brasil, além de ser um dos grandes causadores da destruição ambiental, de conflitos armados e mortes violentas no campo e na cidade. Contra as reformas urbana e agrária e as lutas dos quilombolas e indígenas, que poderiam minimizar esse cenário de opressão às populações periféricas, se opõem especuladores imobiliários, mineradores e madeireiros que contam com grupos armados para garantir seu próprio enriquecimento.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), que pesquisa dados da violência ligada a questões agrárias no país, mostra que em 2023,

mesmo havendo redução no número de assassinatos no campo em relação ao ano anterior (31, em 2023, e 47, em 2022), foram registrados os maiores números de conflitos fundiários desde o início dos levantamentos, em 1985. Durante o primeiro semestre do ano passado, 878 famílias tiveram suas casas destruídas; 1.524, seus roçados; e 2.909, seus pertences. Houve 554 famílias expulsas das terras que ocupavam, e 1.091 foram despejadas judicialmente. Ocorreram ainda 143 crimes de pistolagem; 85, de grilagem; e 185 de invasão.

A CPT aponta que houve aumento na violência contra as mulheres no contexto do campo, passando de 94, em 2022, para 107, em 2023, uma alta de 13,8%. E ainda 30 adolescentes yanomami foram estupradas por garimpeiros ilegais

no mês de fevereiro. As mulheres sofreram também casos de intimidação (20), ameaças de morte (16), agressão (6), criminalização (5), e cárcere privado (5).

Já nos centros urbanos, o modelo de cidade em que vivemos, baseado na especulação imobiliária, empurra milhões de pessoas para as periferias, precarizadas e negligenciadas pelo poder público, enquanto enriquece especuladores, grandes empresários e, mais recentemente, as milícias.

No artigo *A luta pela terra e o assassinato de Marielle Franco: essa violência precisa ter fim*, o coordenador do projeto Reconexão Periferias Paulo César Ramos lembra que a morte de Marielle Franco, ao que tudo indica, teria sido encomendada devido a sua resistência e do PSOL a um projeto de lei que pre-

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ DIRETOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE MATHEUS TANCREDO TOLEDO, RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ COLABORADORES SOLANGE GONÇALVES LUCIANO ■ EDIÇÃO E REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO PAULO OKAMOTTO (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, LUIZ CAETANO, NAIARA TORRES E VIRGÍLIO GUIMARÃES.

tendia regularizar condomínios na Zona Oeste do Rio, área controlada por milicianos que exploram empreendimentos imobiliários ilegais.

A ação miliciana pelo controle da terra é um dos temas da entrevista com sociólogo e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro José Cláudio Souza Alves, que se dedica há mais de 30 anos a pesquisar o surgimento e o crescimento das milícias brasileiras, especialmente as que atuam na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. “Para as milícias, a questão fundiária nada mais é do que a porta de entrada no território(...) A terra é o primeiro passo. Depois da terra vai vir construção de imóveis, aterro para colocar lixo naquele solo, toda uma lógica de empreendedorismo, de investimento em construção de materiais, de mão de obra, de serviços em que estão essas construções. É tudo o que vai acompanhar aquela ocupação humana, gás, água, luz, coleta de lixo, começa a ser regulado pela estrutura miliciana,

o transporte de pessoas, acesso a áreas de lazer. E cobrança de taxa de segurança para os comerciantes, ou seja, o confronto no qual Marielle está envolvido não é só de terras. É um confronto de um universo infinito de possibilidades”.

O *Perfil* traz a história da Agência Popular Solano Trindade, que nasceu em 2012, com a missão de fortalecer a arte e a economia da região dos bairros do Campo Limpo, Capão Redondo e arredores da periferia da Zona Sul de São Paulo. Sediado na Vila Pirajussara, o projeto especializou-se em fomentar a expressão artística, encontrar e ajudar a desenvolver talentos, gerar trabalho e renda e viabilizar estruturas para eventos no território.

O artigo *Chacinas e Femicídios: uma reflexão a partir de notícias de jornal*, de Sofia Toledo, apresenta a recente pesquisa do projeto Reconexão Periferias. “O objetivo inicial era a cobertura de dez anos de casos noticiados, no entanto, o período foi estendido para doze anos, a fim de cobrir de 2011 a 2022. Para além

das chacinas cujas motivações estavam relacionadas a conflitos que já havíamos identificado, percebemos uma motivação até então ocultada em meio a notícias de chacinas cometidas por agentes de segurança do Estado, por grupos que atuam em mercados ilegais em disputa: aquelas motivadas por violência de gênero contra a mulher.”

A seção de *Arte* apresenta o artista visual Dias Júnior, que nasceu na Amazônia, em 1997, na cidade de Abaetetuba (PA). Atualmente, estuda e trabalha em Belém e é discente do curso de bacharelado em Artes Visuais pela Universidade Federal do Pará. Seus métodos e poética se desenvolveram em 2021, quando utilizou óleos e grafites sobre telas e papéis, além de iconografias e letras. Sua arte evidencia o povo amazônico, pessoas que estão à margem da sociedade e suas singularidades.

A edição traz ainda as seções *Programas*, *Agenda* e *Oportunidades*.

Boa leitura! Boas lutas! ■

A luta pela terra e o assassinato de Marielle Franco: essa violência precisa ter fim

PAULO CÉSAR RAMOS

PAULO CÉSAR RAMOS É DOUTOR EM SOCIOLOGIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E COORDENADOR DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS

Em 2018, quando a vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes foram assassinados brutalmente, uma grande comoção tomou o Brasil.



FOTO: TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

Sensibilizados pela sua luta, por ela ser uma mulher negra e lésbica, cria da favela da Maré, no Rio de Janeiro, muitas foram as bandeiras levantadas em protesto e lamento de sua morte. Seu nome circulou o mundo, e todos queriam saber quem havia matado Marielle. Suas lutas foram lembradas, como a luta contra racismo, o machismo e a LGBTfobia, a luta contra a desigualdade e pelos direitos humanos.

Após as investigações avançarem e Ronnie Lessa e Elcio Queiroz terem sido identificados como

os executores do atentado, a pergunta que não calava era: quem havia mandado matar Marielle? Foi preciso retirar Bolsonaro da Presidência da República para que o crime fosse de fato investigado, e um ano e três meses após a chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência, o Brasil parece ter uma resposta definitiva sobre quem matou Marielle.

Três pessoas foram presas preventivamente pela Polícia Federal no domingo (24/3), suspeitas de terem encomendado a morte da vereadora seis anos atrás: os irmãos

Domingos e Chiquinho Brazão, com longo histórico na política do Rio de Janeiro, e Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil fluminense.

A fonte da PF afirmou à BBC News Brasil que a morte teria sido encomendada devido à resistência de Marielle e do PSOL, seu partido, a um projeto de lei que regularizaria condomínios na Zona Oeste do Rio, área controlada por milicianos que exploram empreendimentos imobiliários ilegais.

A operação da PF é parcialmente baseada na delação premiada de

Ronnie Lessa, suspeito de ter executado o crime. Domingos Brazão, com passado controverso na política e anteriormente denunciado em investigações, negou envolvimento com os homicídios de Marielle e Anderson. Chiquinho Brazão, deputado federal, deixou um cargo na prefeitura do Rio após seu nome ser citado na delação de Elcio Queiroz, enquanto Rivaldo Barbosa, ex-diretor da Polícia Civil, é acusado de ter obstruído as investigações sobre o caso.

Os irmãos Brazão têm um histórico na política do Rio de Janeiro e estão ligados a áreas onde as milícias exercem grande influência. Assim, mais uma bandeira é associada à memória política de Marielle, a luta pela terra.

Em manifestação em suas redes sociais, o ministro Silvio Almeida informou que 80% das pessoas que estão incluídas em programas de proteção à testemunha são envolvidas em questões fundiárias, o que mostra como a terra e o território são centrais na reprodução da vida e na

produção de riquezas.

Abril é o mês da luta pela terra, para lembrar o massacre de trabalhadores rurais sem terra em Eldorado dos Carajás pela polícia, em 17 de abril de 1996, sempre marcado nas edições da revista Reconexão Periferias. Mais esta conexão da memória de Marielle vem nos lembrar que, na cidade, a luta e os lutadores e lutadoras pela terra e pelo chão onde se vive e se trabalha deve ser valorizada. Essas pessoas precisam de proteção, de apoio da sociedade e do Estado, uma vez que existem interessados em exercer controle sobre a terra das maneiras mais escusas, como é o caso das milícias, grileiros, membros de facções criminosas, garimpeiros ilegais. Daí a necessidade de uma forte agenda de políticas públicas para as reformas agrária e urbana, a titulação de terras quilombolas e de demarcação de terras indígenas. ■



PAULO RAMOS. FOTO: SERGIO SILVA

Chacinas e Feminicídios: uma reflexão a partir de notícias de jornal

SOFIA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO COSTA

SOFIA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO COSTA É MESTRANDA EM SOCIOLOGIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PESQUISADORA RESPONSÁVEL PELO EIXO DE VIOLÊNCIA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS E COORDENADORA DA PESQUISA CHACINAS E A POLITIZAÇÃO DAS MORTES NO BRASIL

A pesquisa Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil, realizada no âmbito do projeto Reconexão Periféricas, da Fundação Perseu Abramo, teve início em 2018. A princípio, foi voltada para realização de um mapeamento de casos de chacina, utilizando como fonte de dados notícias de jornal, disponíveis online.



SOFIA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO COSTA. FOTO: VINICIUS TOLEDO

O objetivo inicial era a cobertura de dez anos de casos noticiados, no entanto, o período foi estendido para doze anos, a fim de cobrir de 2011 a 2022. Para além das chacinas cujas motivações estavam relacionadas a conflitos que já havíamos identificado, como massacres que ocorrem por disputa de terra e recursos naturais; práticas

de policiamento, como operações e abordagens, ou ainda a atuação desses mesmos agentes fora de serviço, como é o caso de chacinas praticadas por grupos de extermínio e milícias; também estavam marcados em nossa memória coletiva os massacres ocorridos em presídios, fruto das condições e da própria dinâmica de extermínio planejada

e executada a partir da escolha política e social - com viés racial - pelo encarceramento em massa. No entanto, com o desenrolar dessa primeira fase de levantamento dos casos, identificamos uma motivação até então ocultada em meio a notícias de chacinas cometidas por agentes de segurança do Estado, por grupos que atuam em mercados ilegais em disputa: aquelas motivadas por violência de gênero contra a mulher.

Uma vez que deparamos com casos de chacinas apresentados nas notícias como crimes passionais, tivemos de fazer uma escolha política de como incluir a classificação desses casos em nosso

banco de dados. Assim, optamos por categorizar essas ocorrências como “feminicídio e casos associados”, mesmo quando publicamente divulgados como “crime passionnal”, por entender que este não é um crime previsto no Código Penal, além de ser usado como maneira de diminuir e/ou justificar casos de violência doméstica e feminicídio. O crime que supostamente estaria relacionado à paixão foi muito utilizado por advogados de defesa como forma de reduzir a pena dos acusados.

Nos últimos anos, tem-se seguido a tendência punitivista como forma de combate à violência de gênero, prezando por medidas como privação de liberdade, atualizando sempre que possível o aumento da pena como demonstração de medidas eficientes. Mas elas são eficientes naquilo a que se propõem? Quais os efeitos de recorrer ao poder punitivo estatal sobre a diminuição da violência contra a mulher? Como a criação de um

novo tipo penal repercute na vida de pessoas racializadas como negras? Principalmente aquelas que vivem em territórios sob intensa atividade de práticas de policiamento racialmente enviesadas, marcadas pelo uso de violência extrema, que tantas vezes culmina em chacinas.

Os casos levantados tiveram como motivação apresentada a separação da vítima do agressor; ciúmes; casos com alto teor misógino, inclusive registrados em memória por meio de cartas, áudios, entre outros deixados pelos próprios agressores; extermínio de familiares diretos ou próximos da vítima; casos que revelam premeditação e, em diversos deles, o suicídio do agressor foi o desfecho. Há também aqueles com característica de execução, assassinatos premeditados, encomendados, que envolvem normalmente um número maior de agressores, ações executadas em grupo.

Nesses, há uma tendên-

cia de os agressores não conhecerem as vítimas, o que se distancia da maioria das ocorrências de feminicídio. Ainda assim, essas execuções carregam fortes elementos que indicam violência de gênero, e ocorrem em locais como casas de prostituição; há casos em que as vítimas foram executadas com roupas íntimas em via pública; e com violência sexual praticados contra mulheres gestantes. A princípio foram identificados três padrões presentes: o traço de execução, o parricídio e a separação/ciúmes (TOLEDO; ROMIO, 2019).

Mais recentemente, com o [Painel de Dados das Periferias](#)¹ publicado, onde disponibilizamos os 10 anos de casos de chacina coletados (2011 a 2020), conseguimos apresentar parte das características do contexto em que ocorre o assassinato de mulheres em chacinas, o perfil daquelas que são vitimadas, elementos que nos ajudam a pensar essa relação entre o femini-

cídio e as chacinas, que tantas vezes são atreladas no imaginário social comum a práticas de policiamento, conflitos entre grupos armados, disputas por terra, água, energia eólica, enfim, um amplo leque em que há associação direta com a execução de várias pessoas em um mesmo local ou intervalo de tempo. O caso dos feminicídios e as chacinas com vítimas mulheres, mas que foram publicizadas com outras motivações, nos ajudam a pensar o amplo alcance das violências de gênero e os diversos contextos em que elas se manifestam, sempre marcadas por um atrelamento à violência racial, que seguem submetendo mulheres negras a uma sobrevitimização geral.

No período de 2011 a 2020, foram levantados 42 casos de chacina com motivação de feminicídio por meio das notícias, em todos os anos. Em 2011, chamam a atenção oito casos de feminicídio, ano em que ocorreu o Massacre de Realengo, um dos mais emblemá-

ticos sobre os quais nos debruçamos no caderno *Chacinas e Feminicídios: os casos de Realengo e Campinas*. Os anos de 2013 e 2017 também chamam atenção com seis casos de feminicídio cada: a emblemática [Chacina de Campinas](#)², também apresentada no caderno, ocorreu em 2017.

Identificamos chacinas com outras motivações que também vitimaram 405 mulheres. Podemos perceber que há uma grande quantidade de mulheres sendo assassinadas em conflitos e disputas que não seguem o padrão de feminicídio, muitas vezes ocorridas em abordagens e operações policiais, atuação de grupos de extermínio e milícias; ou em meios a disputas por terra ou de grupos armados.

Destaca-se a tendência de crescimento nos últimos anos das mulheres vitimadas em chacinas que foram noticiadas como motivadas por outros conflitos. Enquanto a quantidade de mulheres

vitimadas em casos de feminicídio parece ter sido reduzida a partir de 2018, as vitimadas em chacinas seguem aumentando. Isso chama a nossa atenção para a discussão sobre como a definição de feminicídio e violência de gênero restrita ao âmbito familiar e doméstico não dá conta da forma como essas violências se manifestam em outros contextos, que também carregam traços de misoginia na forma como as vítimas são executadas. No entanto, a violência de gênero é ofuscada nos discursos pelo foco em outros conflitos que se sobrepõem - como é o caso de mulheres que morrem em operações policiais, às vezes com traços de violência sexual, e quando a motivação apresentada para a morte é ligada a práticas de policiamento. A relação entre esses contextos de militarização e as violências de gênero ficam submersas. ■

Agência Solano Trindade desenvolve arte e economia na periferia da Zona Sul

POR ROSE SILVA



VINICIUS DE PAULA DA SILVA . FOTO: SÉRGIO SILVA

A Agência Popular Solano Trindade nasceu em 2012, com a missão de fortalecer a arte e a economia da região dos bairros do Campo Limpo, Capão Redondo e arredores da periferia da Zona Sul de São Paulo

Sediado na Vila Pijussara, o projeto especializou-se em fomentar a expressão artística, encontrar e ajudar a desenvolver talentos, gerar trabalho e renda e viabilizar estruturas para eventos no território.

Entre as conquistas do coletivo estão o Festival

Percurso, que desde 2014 é realizado na Praça do Campo Limpo e prestigia talentos, buscando fortalecer a cultura e os negócios locais, e reuniu 10 mil pessoas em sua última edição. E também a abertura da 31ª Bienal Internacional de Arte de São Paulo, em 2014, quando a Fundação Bie-

nal contratou 20 atrações diretamente com a intermediação da Solano.

O projeto também idealizou um ponto de venda de hortaliças e frutas frescas e orgânicas – algo raro nas periferias – que funciona como uma espécie de “Ceasa” da quebrada. Além de



FOTO: AGÊNCIA SOLANO TRINDADE

um restaurante onde são servidas inclusive pessoas que não têm como pagar por suas refeições.

Um dos fundadores da Solano Trindade é Thiago Vinícius de Paula da Silva, que ao longo de sua vida vem desenvolvendo várias tecnologias sociais. “Começamos tudo isso para que a gente pudesse ter o nosso trabalho, acesso à cidade, para podermos trabalhar perto da nossa casa e fortalecer o desenvolvimento local da comunidade. E quando a gente tira o espaço dos carros, dá espaço às pessoas, já que o espaço público fortalece a geração de renda de empreendedores e empreendedoras daqui. Para tirar a nossa comunidade das páginas policiais e

ocupar as páginas culturais”, lembra.

A homenagem ao poeta Solano Trindade surgiu de uma de suas célebres frases: “é preciso buscar na fonte de origem e devolver ao povo em forma de arte”, que foi fonte de inspiração para a criação da agência. “Nossa missão é desenvolver serviços e produtos que dialogam com a qualidade de vida

dos moradores da nossa periferia. Então, para concretizar esse propósito, criamos tecnologias sociais. Temos o primeiro coworking da periferia de São Paulo, onde as pessoas vêm acessar a internet, fazer reuniões, porque são poucas casas na favela que têm internet”, explica Thiago.

“E também dialogamos com lazer, com acesso. Porque a cidade de São Paulo, hoje se transformou em um lugar cheio de festivais, mas você tem que pagar 1.000 reais para entrar. E a gente vê o nosso povo da favela tramando como segurança, na cozinha, tá ligado? Então a gente faz o festival aqui há dez anos, inclusive, que fortalece a nossa economia criativa.



FOTO: AGÊNCIA SOLANO TRINDADE

Um dia de lazer, de paz, de shows incríveis na nossa comunidade. E a gente também desenvolve sistemas alimentares. Temos o primeiro armazém de comida orgânica na periferia de São Paulo, e com isso vencemos os desertos alimentares”.

Os produtos que não são vendidos no armazém acabam servidos na mesa do restaurante comunitário, administrado pela família de Thiago. “Desenvolvemos um modelo de negócio. Quem tem dinheiro come e quem não tem come também. No mesmo corredor que as pessoas que têm dinheiro entram, passam também pessoas que não têm o que comer, e conseguimos fortalecê-las com uma marmita, para poderem ter mais oxigênio e viver essa desi-



FESTIVAL PERCURSO FOTO: LÉU BRITO

gualdade sinistra que é a cidade de São Paulo”.

Desde 2019 o coletivo funciona como Associação e é financiado de forma híbrida, com captação de recursos por meio de editais. “Hoje, para sobreviver, é preciso fazer ambas as ações. Precisa vender feijoada, churrasco, pastel e, ao mesmo tempo mandar os editais que a gente nem sabe se vão ser aprovados. E, se aprovados, o dinhei-

ro vem daqui não sei quantos dias, e aí vem a prestação de contas. Essa é uma forma muito triste de tolher os movimentos sociais, porque quem não tem uma estrutura como a nossa tem muita dificuldade”. ■

A entrevista completa está disponível no Youtube da Fundação Perseu Abramo.

[CLIQUE AQUI](#)



FESTIVAL PERCURSO FOTO: JOSÉ CÍCERO DA SILVA



FESTIVAL PERCURSO FOTO: MAYCON MOTA

A questão fundiária é o primeiro passo para as milícias dominarem os territórios

POR ROSE SILVA



FOTO: REDES SOCIAIS

O sociólogo e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro José Cláudio Souza Alves se dedica há mais de 30 anos a pesquisar o surgimento e o crescimento das milícias brasileiras, especialmente as que atuam na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro

Autor do livro *Dos Barões ao Extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense*, ele falou ao programa **Reconexão Periferias** sobre as relações entre os três principais grupos armados que atuam nas regiões periféricas: a milícia, o narcotráfico e o jogo do bicho.

Ele afirma que a questão fundiária nada mais é do que a porta de entrada das milícias no território.

Sobre a esperança de um Rio de Janeiro livre da opressão miliciana, diz: “Para mudar significativamente essa dinâmica das milícias, é preciso fazer uma atuação política, não

há outro caminho. Essa coisa de fazer reformas na polícia, criar projetos, trazer a Polícia Federal para investigar tudo isso não tem expressão. A estrutura é eminentemente política. Quando um governador como o Cláudio Castro manda para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

uma mensagem dizendo que vai destinar para os deputados estaduais 4,5 bilhões de reais para que eles distribuam aonde eles quiserem. E aí esses deputados estaduais indicam o novo secretário da Polícia Civil do Rio de Janeiro (isso foi no final do ano passado), mudando a Lei Orgânica das Polícias Civis, colocam uma pessoa que não tinha 15 anos como delegado. E aí autorizam essa jogada. Está certo que esses deputados estaduais querem botar a mão nesse dinheiro. Para ter um membro e chefe dessa estrutura, o novo secretário de Polícia Civil, controlado por eles, para distribuir esses recursos. E o deputado estadual que indicou o nome desse novo secretário da Polícia Civil é absolutamente comprometido com a estrutura miliciana lá no município onde ele atua”. Acompanhe:

Como surgiram as milícias que hoje dominam vários territórios periféricos no Rio de Janeiro?

Para meus estudos, eu remonto um período

muito mais antigo do que normalmente se ouve falar, dato as milícias do período em que surgem os grupos de extermínio aqui na Baixada Fluminense, no final dos anos 60. Digo que vêm dos grupos de extermínio porque eu identifico cinco grandes elementos que fazem a conexão entre essas duas realidades. Primeiro, muitos de seus membros são servidores públicos, membros do Estado, policiais civis, militares, bombeiros, pessoas que têm trajetória dentro da estrutura de segurança pública. Segundo, são especialistas em provocar danos à vida alheia. Porque a estrutura de segurança pública é treinada para fazer operações, matar, ferir e torturar pessoas. Essa é uma prática disseminada na estrutura de segurança pública no Rio de Janeiro e no Brasil como um todo. O terceiro grande elemento: só estabelecem relações a partir de um controle territorial armado. O quarto: recebem financiamento de empresas e comerciantes para controle desses territórios

de acordo com os interesses econômicos desses grupos. E o último ponto comum que eu sempre identifiquei é que tanto os matadores de grupo de extermínio como os milicianos têm trajetória política de sucesso. São candidatos, se elegem e vão assim transformar-se em personalidades políticas. A milícia evoluiu, enquanto os grupos de extermínio permaneciam e permanecem há muito focados em assassinatos por aluguel e cobrança de taxa de segurança. A milícia continua matando e também cobrando da segurança. Só que foi para um leque muito maior de negócios ilegais: venda de água, gás, luz, gatonet e transporte clandestino. Vão vender terrenos, aterros para colocar nesses terrenos lixo clandestino, combustível adulterado. A milícia trabalha com uma espécie de dimensão urbana humanizadora, de acordo com os seus múltiplos interesses de serviços e de bens que operam nessas áreas.

Como é que isso afeta a vida da população?

Eles estabelecem um controle territorial armado e vão começar a regular as relações dentro desse território. Então, cobram taxa de segurança, têm o monopólio dos bens que sejam vendidos ali. Garis, água, cesta básica também. Fazem empréstimo de dinheiro como agiotas. Quando você se insere nesses serviços todos, se não pagar ou atrasar pagamentos, vai sofrer sanções. Se disser que não vai pagar a taxa de segurança que eles cobram, muitas vezes altíssima, vai sofrer as consequências, que normalmente são violentas. Podem ameaçar, ferir, matar, ou seja, é todo um universo regulado pela estrutura de um grupo armado. Outra grande consequência, por exemplo, em anos eleitorais eles controlam a estrutura de votos daquela região. Só entram ali os candidatos que eles autorizam, controlam quem pode fazer campanha. Os que eles não autorizarem, com quem não fizerem acordos, não vão conseguir entrar, serão ameaçados e poderão ser vitima-

dos. Outro elemento da questão política são os eleitores. Eles vão ter de votar naqueles indicados. Então eles controlam as duas partes desse processo e aí quem vota é obrigado a votar nos candidatos indicados pela milícia. Ou seja, essa estrutura econômica e política de controle territorial se impõe sobre as pessoas e qualquer grupo ou pessoa. Quem tiver interesses diferentes, dissonantes, que rompam com esses acordos, vai sofrer ameaças e consequências. Em muitos casos são mortes, atentados que vão ocorrer em função dessa discordância. É assim o terror que os milicianos praticam nessas áreas como um todo.

Como foi que se deu a relação entre a milícia e o tráfico?

Normalmente é uma relação mais complexa. Primeiro, a milícia sempre teve relação com o tráfico de drogas. É um mito dizer que combatia o tráfico, nunca foi verdade. A droga é uma mercadoria muito valiosa, por isso todos os grupos armados têm interesse, pois movimenta uma economia significativa dentro desses universos territoriais, e é algo que não pode ser desprezado, que dá muito poder, porque quanto mais dinheiro você tem, mais poder de controle, mais armas. Então o tráfico de drogas é algo essencial. Outra grana muito poderosa e forte é a que vem do jogo do bicho, outra estrutura de grupo armado que tem muito dinheiro e atua de forma superviolenta. Milicianos sempre fizeram acordos e, neles,



FOTO: DIVULGAÇÃO

historicamente, fazem negócios com uma facção específica, que é o Terceiro Comando Puro. Estou falando aqui do Rio de Janeiro. Se você for para São Paulo, há outra configuração do tráfico, e assim vai pelo Brasil afora. Vai depender do histórico de grupos armados, de traficantes, milicianos. No caso específico do Rio, a milícia faz acordos contra o Comando Vermelho, que é uma facção histórica desde o início e uma das fundadoras do sistema de facções dentro do tráfico. Normalmente é uma aliança da milícia e do Terceiro Comando Puro para impedir e diminuir o peso da presença do Comando Vermelho, que tem outros interesses. É claro que tem territórios com outra configuração. Por exemplo, tem uma comunidade lá em Nova Iguaçu chamada Quilômetro 32. O Terceiro Comando lá não faz acordo com os grupos milicianos, historicamente se confronta ele. Já em outras regiões da Zona Oeste do Rio, Terreirão, Recreio dos Bandeirantes

e algumas áreas de Jacarepaguá, já se assistiram recentemente algumas alianças entre a milícia e o Comando Vermelho. Mas isso é muito localizado e pontual.

Marielle Franco foi assassinada devido a um projeto que envolvia a milícia. Fale um pouco sobre isso e a questão fundiária.

A milícia está relacionada à ocupação humana em determinado território. Então, a questão fundiária nada mais é do que a porta de entrada no território. Você precisa estar assentado, de posse e usufruto daquele território para estar ali. E isso para a milícia é a chave do negócio. A terra é o primeiro passo. Depois dela vai vir construção de imóveis, aterro para colocar naquele solo, toda uma lógica de empreendedorismo, de investimento em construção de materiais de mão de obra, de serviços em que estão essas construções. E tudo o que vai acompanhar aquela ocupação humana, gás, água, luz, coleta de lixo, começa a

ser regulado pela estrutura milícia, transporte de pessoas, acesso a áreas de lazer. E cobrança de taxa de segurança para os comerciantes, ou seja, o confronto no qual Marielle está envolvido não é só de terras. É um confronto de um universo infinito de possibilidades, porque existe um grupo grande de populações que estão migrando, que buscam habitação, que querem sair do aluguel, e quando conseguem um imóvel e não pagam mais aluguel, a vida da família muda absolutamente. Por isso que as famílias buscam comprar, a partir da estrutura miliciana, os terrenos e os imóveis para saírem desse gasto tão pesado e conseguir investir em outras áreas. Marielle não percebeu de fato o jogo de interesses. Ela conhecia os nomes (Domingos e Chiquinho Brazão). Dois deles já tinham sido citados lá na CPI das milícias, em 2008. Ela fazia parte da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, e a pasta acompanhou a relatoria do Marcelo Freixo, então deputado

estadual. Quando ele fez o acompanhamento da CPI das milícias, ela sabia desses homens. Só que dez anos depois eles não eram mais aqueles mesmos que estavam lá no processo de 2008. Já tinham outros interesses, com muito mais poder, com toda uma estrutura de avanços. Isso tudo que eu falei até agora aqui, várias áreas que davam dinheiro, voto, projeção, poder. Um deles do Tribunal de Contas do Estado. Imagine, um cara que já se projetou numa outra dinâmica. O outro é deputado federal. Eu acho que ela não pensou, ela não percebeu.

Você começou falando sobre agentes do Estado milicianos, dentro da polícia, do sistema de segurança. Existem pessoas que se opõem a isso dentro da polícia?

Nem todos os que estão na estrutura miliciana são de dentro do Estado. Hoje existe uma variação, são grupos civis que vêm para dentro da milícia. Isso não significa que a milícia não tenha as suas dimensões, conexões,



FOTO: DIVULGAÇÃO

suporte e apoio dentro da estrutura do Estado. Em relação à estrutura policial, nem todos estão envolvidos, é claro, na estrutura miliciana. Há os grupos que não vão se envolver em uma dinâmica criminal e participar de extorsão, ameaçar pessoas. A pergunta é: esses que não estão envolvidos, de que forma podem atuar em relação à estrutura miliciana? Lá onde estão trabalhando, eles têm capacidade de se contrapor e de reduzir a atuação desses grupos ou provocar algum tipo de impedimento ou dificuldade? O que a gente vê normalmente é que não. Esses policiais querem ter uma boa conduta e vão ter na medida do possível. Mas as limitações de uma boa

conduta em uma instituição comprometida é muito relativa. Pelo que eu vejo, há muita dificuldade de fazer qualquer modificação desse cenário nas áreas onde a milícia está atuando. Pode haver áreas específicas dentro da estrutura de segurança pública que não são afetadas pela aquela dimensão miliciana. Já tive contato com o pessoal, por exemplo, das perícias. São peritos que fazem perícia de cenas de crime, coisas desse tipo. Homicídios. E é um grupo, parece que tem uma capacidade muito autônoma, mas não tanto. Eles hoje lutam para que a perícia não seja vinculada à estrutura de segurança pública e possa ter autonomia em termos institucionais para atuar independente

da estrutura de segurança. Porque eles sofrem pressão, é óbvio.

A flexibilização da lei aumentou o número de armas em poder das milícias?

Isso agravou a situação do Rio de Janeiro, do Brasil como um todo, porque aí as pessoas podiam se armar com mais facilidade. Então, com certeza houve um derrame de aproximadamente 1 milhão de armas no Brasil nesse período. Um milhão de armas a mais circulando num país como o nosso é uma loucura. Quem são os grupos que estão acessando? Houve crescimento exponencial, alucinado de Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores (CACs), grupos que foram sendo estimulados e montados no Brasil. A partir desses CACs, criou-se um acesso àquilo que se comprava antes por um preço muito alto, importado em mercados externos. O Brasil começou a vender com preços muito mais baixos dentro do próprio país. Tudo legalizado,

com acesso muito mais fácil e rápido. Isso potencializou muito essa estrutura armada, e na mão de quem? Acho que chega a quase duas mil pessoas que receberam armas e tinham passagem pela estrutura policial, tinham sido indiciados, estavam respondendo a crimes na Justiça. E quem fiscaliza a ida dessas armas para as pessoas no Brasil são as Forças Armadas, o Exército Brasileiro.

Quem compra, quem tem porte, quem vai usar, ele que deveria controlar isso. Não fez de forma alguma o seu trabalho e deixou que quase duas mil pessoas que têm comprometer com a estrutura da Justiça tivessem acesso a essas armas. Mas para controlar isso você tem de se dispor. Normalmente são grupos de classe média alta, que têm muito poder aquisitivo, que vão armar os seus seguranças, seus capangas, os jagunços. Essa estrutura toda está montada dessa forma. Vários donos do agronegócio, coronéis, latifundiários, donos de mineradoras, vários

grupos, toda aquela estrutura de mineração lá em Roraima matando e destruindo a vida do ser humano é montada no ciclo de grupos armados de mineradores. Você vai confrontar essa estrutura, você vai tirar arma deles? O Exército nem faz as operações simples e básicas que deveria fazer lá em Roraima para proteger os Yanomami. Não leva medicamento, alimentação.

Existe esperança de construir territórios livres da atuação das milícias no Rio?

Para mudar significativamente essa dinâmica das milícias, é preciso fazer uma atuação política, não há outro caminho. Essa coisa de fazer reformas na polícia, criar projetos, trazer a Polícia Federal para investigar tudo isso não tem expressão. A estrutura é eminentemente política. Quando um governador como o Cláudio Castro manda para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro uma mensagem dizendo que vai destinar para os deputados esta-

duais 4,5 bilhões de reais para que eles distribuam aonde eles quiserem. E aí esses deputados estaduais indicam o novo secretário da Polícia Civil do Rio de Janeiro (isso foi no final do ano passado), mudando a Lei Orgânica das Polícias Cíveis, colocam uma pessoa que não tinha 15 anos como delegado. E aí autorizam essa jogada. Está certo que esses deputados estaduais querem botar a mão nesse dinheiro. Para ter um membro e chefe dessa estrutura, o novo secretário de Polícia Civil, controlado por eles, para distribuir esses recursos. E o deputado estadual que indicou o nome desse novo secretário da Polícia Civil é absolutamente comprometido com a estrutura miliciana lá no município onde ele atua, inclusive, ele foi o deputado estadual mais votado do Rio de Janeiro. São estruturas de muito poder. O governo do estado está envolvido, os deputados estaduais e agora vereadores e prefeitos nos municípios estarão envolvidos nessa estrutura onde as milícias

atuam, onde tem recurso, tem grana, tem poder. Para o governo Lula modificar isso e fazer alguma ação não será só indicando quem matou Marielle. Essa estrutura normalmente não busca matar pessoas tipo Marielle. Eles matam gente de muito menor significado na sociedade e eles vão corrompendo tudo para conseguir grana, voto e manutenção do seu poder. Então você tem uma estrutura legal funcionando por dentro do governo do Estado, dentro das prefeituras, com uma atuação de grupos armados controlando o território. Se analisarmos tudo isso, nós vamos dizer que é preciso fazer uma ação muito mais prudente, muito mais forte. Com 40 dias de Operação Escudo, lá, com Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, se produziram 28 mortos. E com a Operação Verão foi mais um tanto e vamos chegar agora a 70 mortes na Baixada Santista. Por que o Ministério de Direitos Humanos não põe uma comissão de legistas para

levantar o laudo cada-vérico desses 70 mortos para provar se foram execuções sumárias ou não? Por que não quer confrontar essa estrutura de execução sumária que o Estado está estabelecendo lá em São Paulo? Está interessado nos votos da estrutura do poder político paulista e carioca e fluminense lá no Congresso para aprovar os seus projetos? Você tem de enfrentar, tem de confrontar. ■

Dias Júnior

Dias Júnior é uma artista visual que nasceu na Amazônia, em 1997, na cidade de Abaetetuba (PA). Atualmente, estuda e trabalha em Belém e é discente do curso de bacharel em Artes Visuais pela Universidade Federal do Pará. Atuou como bolsista/estagiário no ateliê de Éder Oliveira, e em 2023, obteve primeira colocação no Prêmio Novos Contemporâneos, além de participar da feira do SP Artes Rotas Brasileiras, junto ao Arte Pará, entre outras participações no mundo das artes.

Seus métodos e poética se desenvolveram em 2021,



FOTO: ACERVO PESSOAL

quando utilizou óleos e grafites sobre telas e papéis, além de iconografias e letras. Sua pesquisas são baseadas em uma visão muito pessoal de um rapaz negro, que saiu de uma cidade do interior para morar na periferia de Belém e estudar artes em

uma das grandes capitais da Amazônia. Geralmente, em suas obras são retratados trabalhadores, jovens negros e a denúncia da violência policial. Sua arte evidencia o povo amazônico, pessoas que estão à margem da sociedade e suas singularidades.

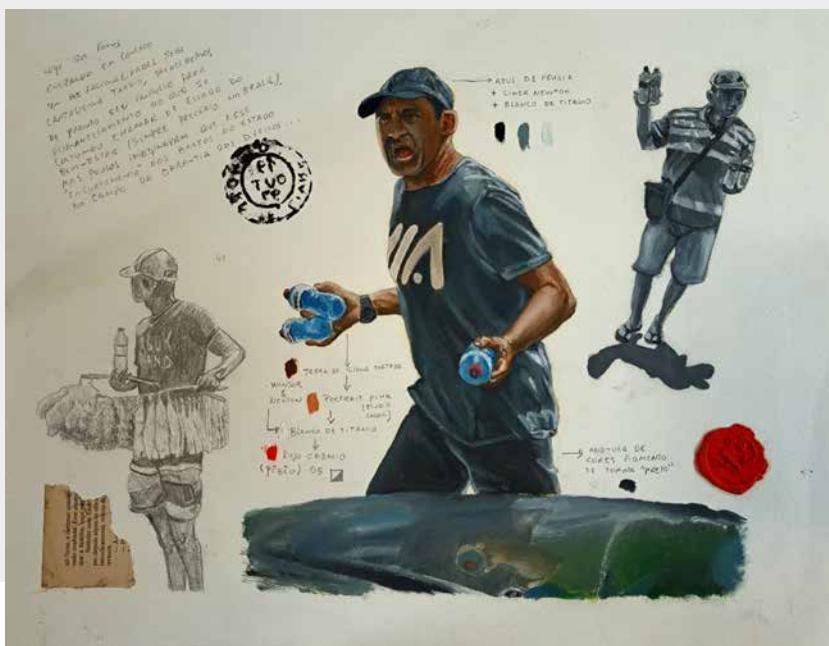
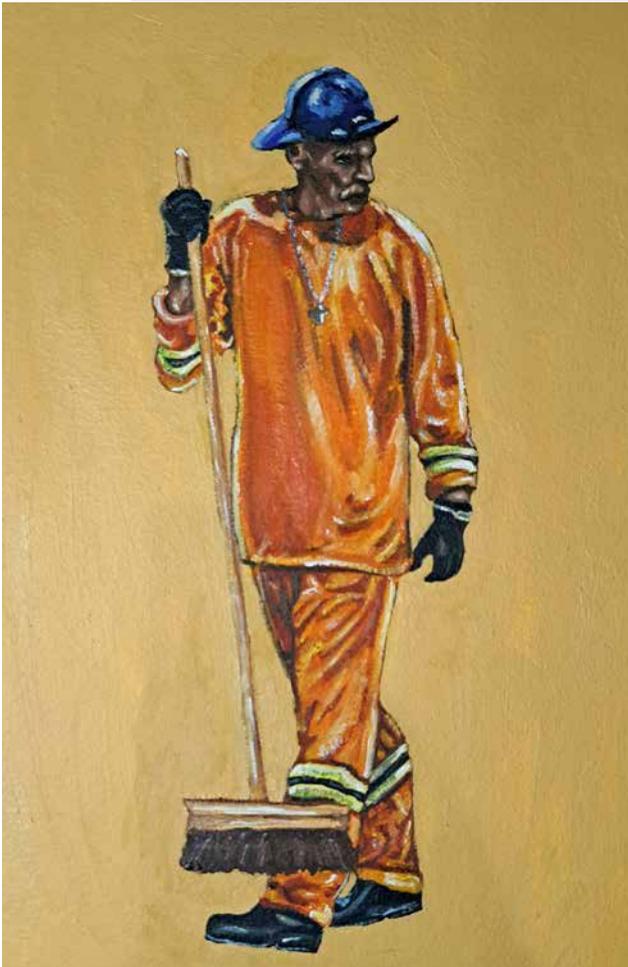
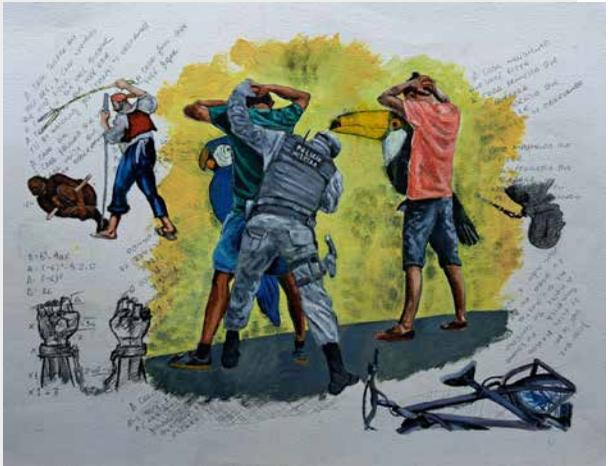


FOTO: ACERVO PESSOAL



Instagram:
[@diasjuniorart](https://www.instagram.com/diasjuniorart)

Site do autor:
<https://antoniодiasjunior.my.canva.site>



Iniciativas da sociedade civil e do Estado no combate à violência contra as mulheres

Desde o início de 2020, o Projeto Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados às periferias, sempre dialogando com organizações, coletivos, movimentos sociais,

ativistas e militantes de todo o país. Durante os meses de março e abril de 2024, foram realizados programas com temáticas associadas à última edição da Revista Reconexão Periferias: “Mulheres quem viver sem violência e

com direitos” (edição de março).

Os encontros ocorreram quinzenalmente, sempre às terças-feiras às 17h, horário de Brasília, no canal do [youtube da Fundação Perseu Abramo](#).

Confira os programas de março e abril e acesse o canal da Fundação Perseu Abramo para assistir:

19/03/2024 - Vencendo a violência contra as mulheres e criando novos mundos - com Nill Santos

02/04/2024 - Femicídio se combate com políticas públicas e mudança de mentalidade - com Denise Motta Dau





Programa Quinzenal Reconexão Periferias

Terça- feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

Mulheres Mágicas - Reinvenções da bruxa no cinema

Data: de 26/03 a 21/04
Onde: Centro Cultural Banco do Brasil - Asa sul Trecho 2 – Brasília (DF)
Ingressos: A partir de R\$ 5,00.
[Informações aqui](#)

Seminário Internacional - O Golpe de 64 e a ditadura militar - Mesa 6 - Ditadura e minorias: negros, crianças, LGBT+

Data: 18/04/2024 às 9h.
[No Youtube](#)

Seminário Internacional - O Golpe de 64 e a ditadura militar - Mesa 10 - Ditadura e redemocratização

Data: 18/04/2024 às 18h.

[No Youtube](#)

Contaçon de histórias populares, com Cia. Girolê

Data: 18/04, 19h
Onde: Sesc Estação Saudade - R. Fernandes Pinheiro, 77 - Centro - Ponta Grossa, PR
Ingressos: gratuitos
[Informações aqui](#)

Apresentações de dança: Casa Flutuante, Pas de Six de Napoli e e Veias Abertas

Data: 19/04, 14h. Onde: Fábrica de Cultura de Itaim Paulista - R. Estudantes da China, 500 - Itaim Paulista - São Paulo, SP,
Ingressos: Gratuitos. [Informações aqui](#)

Batalha do Amarante 5 Anos - 1ª Batalha de Trio do RN

Data: 20/04, das 12h às 22h
Onde: Auto Esporte Atlético Clube - Avenida Coronel Estevam Moura, 75a, ao lado do posto Amigão - Centro - São Gonçalo do Amarante, RN
Ingressos: a partir de R\$7,50
[Informações aqui](#)

Lançamento do livro Cadernos Negros Volume 45 – Poemas Afro-brasileiros

Data: 20/04, às 18h, e 21/04, às 17h
 Onde: Itaú Cultural - Av. Paulista, 149 - Bela Vista - São Paulo, SP.

[Informações aqui](#)

Roda de conversa: Literatura Hip Hop: Vivenciando a cultura através da leitura

Data: 22/04, às 14h
 Onde: Rua João Gurgel, 1935 - Carmo - Araraquara (SP)

[Informações aqui](#)

Semana da Leitura e do Livro

Data: de 22 a 26/04, das 9h às 19h
 Onde: Av. Alm. Barroso, 1155 - Marco - Belém (PA)

Inscrição: Gratuita.

[Informações aqui](#)

I Norte de Arte Acessível: Ciclo de Formação em Acessibilidade Cultural na Educação Básica

Data: 24 a 27/04, das 8h às 22h
 Onde: Unifap - Rod. Josmar Chaves Pinto, km 02 - Jardim Marco Zero, Macapá - AP
 Gratuito.

[Informações aqui](#)

Histórias Contadas

Data: 26/04, às 14h
 Onde: Centro Cultural Usiminas - Av. Pedro Linhares, 3.900A, 1900, Anexo ao Shopping Vale do Aço, Industrial - Ipatinga, MG

Ingressos: Gratuitos

[Informações aqui](#)

Bienal do Livro Bahia 2024

Data: de 26/04 a 1/05, das 9h às 22h
 Onde: Centro de Convenções Salvador - Avenida Octávio Mangabeira, 5.490, Boca do Rio - Salvador, BA

Ingressos: a partir de R\$ 15,00.

[Inscrições aqui](#)

Compartilhando Práticas e Saberes: A Importância da Literatura na Educação Infantil

Data: 26/04, das 8h30 às 11h30
 Onde: CMEI Professora Vanda Taques de Almeida - Rua Bernardo de Vasconcelos, 26, Jardim Carvalho - Ponta Grossa, PR

Inscrição: Gratuita.

[Informações aqui](#)

Encontro com Educadores: temáticas indígenas na educação

Data: 27/04, das 10h às 17h
 Onde: Museu das Culturas Indígenas - Rua Dona Germaine Burchard, 451 - Água Branca - São Paulo, SP

[Informações aqui](#)

SEMEA - Seminário de Ecologia Corporal na Amazônia: Explorando a Essência Ambiental em Movimento

Data: de 1 a 5/5, das 9h às 19h
 Onde: Av. Generalíssimo Deodoro, 92 - Umarizal - Belém, PA

Inscrições: gratuitas

[Informações aqui](#)

OPORTUNIDADES ABRIL/MAIO

Edital	Foco	Prazo	Link
Prêmio Luiz Gama de Direitos Humanos	Será concedido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado cujos trabalhos ou ações mereçam destaque especial nas áreas de promoção e defesa dos Direitos Humanos no País, nos termos deste Edital. O Prêmio Luiz Gama de Direitos Humanos consistirá na concessão de Estatueta ou de Certificado, bem como de publicação no Diário Oficial da União.	Até 1 de maio de 2024	https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/participacao-social/editais
Edital de Seleção Pública nº 2023/012 - Empoderamento Socioeconômico das Mulheres Negras	O objeto do edital é a seleção de projetos sociais destinados ao empoderamento socioeconômico de mulheres negras, ao fortalecimento da cultura e das organizações e coletivos liderados por elas de acordo com os eixos temáticos, bem como demais requisitos constantes do Edital.	Até 2 de maio de 2024	https://www.fbb.org.br/pt-br/component/k2/conteudo/edital-de-selecao-publica-n-2023-012-empoderamento-socioeconomico-das-mulheres-negras
Prêmio Sesc de Literatura	O Prêmio Sesc de Literatura é um dos mais importantes e consagrados do país na distinção de escritores inéditos. Podem concorrer autores não publicados nas categorias Romance, Conto e Poesia. O Prêmio avalia trabalhos com qualidade literária para edição e circulação nacional. Ao oferecer oportunidades a novos escritores, impulsiona a renovação no panorama literário brasileiro e enriquece a cultura nacional. Desde a sua criação em 2003, cerca de 20 mil livros foram inscritos e 37 novos autores foram revelados.	Até 22 de abril de 2024	https://www.sesc.com.br/atuacoes/cultura/literatura/premio-sesc-de-literatura/

OPORTUNIDADES ABRIL/MAIO

<p>Prêmio Melhores ONGs 2024 - 1ª fase</p>	<p>O Prêmio Melhores ONGs tem como missão reconhecer e divulgar as ONGs do Brasil que mais se destacam anualmente pela sua excelência em gestão, governança, sustentabilidade financeira e transparência. Acreditamos que, além de defender causas, todas as organizações devem trabalhar de acordo com padrões adequados de gestão, planejamento e transparência. Também cremos que isso incentiva a decisão de doação das pessoas em tempo e dinheiro. A participação no Prêmio Melhores ONGs é aberta e gratuita para todas as associações e fundações sem fins lucrativos, qualquer que seja o porte e localização geográfica / local de atuação no país.</p>	<p>Até 10 de maio de 2024</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/14509?widget=true&locale=es</p>
<p>Edital (BA): Transformar o Futuro</p>	<p>Com o propósito de contribuir para impulsionar o desenvolvimento social das áreas vizinhas às suas operações, a Suzano prioriza o fortalecimento das relações com as comunidades e do investimento em cultura, lazer e oportunidades de trabalho e geração de renda. A presente chamada é destinada a organizações sociais presentes nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Prado, no estado da Bahia, convidadas a submeter propostas que serão avaliadas por uma comissão interna da companhia. Serão eleitas as melhores propostas de até R\$ 30 mil reais para projetos de Geração de Renda e R\$ 40 mil reais para projetos Culturais, de Esporte e de Lazer.</p>	<p>Até 15 de maio de 2024</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/14433?locale=es</p>

OPORTUNIDADES ABRIL/MAIO

<p>Edital - Novos Distritos</p>	<p>O presente Edital tem como objetivo selecionar e apoiar, com recurso financeiro da Fundação Renova, projetos inéditos ou iniciativas já existentes apresentadas por pessoas físicas, microempreendedores, coletivos e grupos informais, organizações sem fins lucrativos e empresas atuantes nas áreas da Cultura, Esporte e Lazer no município de Mariana, para execução de projetos exclusivamente nos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu. O Edital Doce - Novos Distritos visa apoiar projetos que promovam ações de recuperação dos bens culturais de natureza material e imaterial das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu, para que atuem de forma ativa no processo de transição cultural para os novos reassentamentos.</p>	<p>Até 10 de maio de 2024</p>	<p>https://prosas.com.br/</p>
<p>Elas Avancam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</p>



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



WWW.FPABRAMO.ORG.BR